



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680102 - SP (2021/0218909-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JOVANA APARECIDA GALLI FERREIRA
ADVOGADO : JOVANA APARECIDA GALLI FERREIRA - SP385423
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WALLACE ROGÉRIO BARBOSA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : GEORGE LOURENÇO DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WALLACE ROGÉRIO BARBOSA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 1500422-54.2019.8.26.0544).

O paciente foi condenado pelo Tribunal de origem às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 583 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta a impetrante à inexistência de fundamentação idônea para a fixação do regime inicial mais gravoso.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja fixado regime inicial mais brando.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque existe posicionamento desta Corte linear à decisão combatida.

Nessa linha:

(...) Em relação ao modo inicial de resgate de pena, a quantidade e a natureza do entorpecente - 1.272,3g de skunk - são elementos aptos a ensejar a aplicação do regime fechado, o que está em consonância com

o entendimento desta Corte, ex vi do art. 33, § 2º, "a", e § 3º, do Código Penal, e art. 42, da Lei n. 11.343/2006. Confira-se: HC n. 488.679/SP, Quinta Turma Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 11/06/2019; e AgRg no HC n. 380.021/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 22/3/2017.” (AgRg no HC 661.319/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/05/2021, DJe 31/05/2021).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente